

**Conselho Estadual de Saúde – CES/ES**  
**ATA – 168ª Reunião Ordinária – Ano 2016**  
**21 de Julho de 2016**

001 Aos 21 (vinte) dias do mês de julho do ano de 2016 (dois mil e dezesseis), às 14  
002 (quatorze) horas, no Auditório da nova sede da Secretária de Estado da Saúde – SESA  
003 – Rua Maria Judith Tovar Varejão, 225 – Ed. Enseada Plaza – Enseada do Suá –  
004 Vitória/ES, reuniram-se em Sessão Ordinária, o Conselho Estadual de Saúde – CES/ES,  
005 sob a Presidência do Conselheiro Ricardo de Oliveira. Estiveram presentes os (as)  
006 conselheiros (as): Ricardo de Oliveira, Francisco José Dias da Silva, Anselmo Dantas,  
007 Débora Aparecida Marques de Oliveira, Carmen Lúcia Mariano da Silva, Adriana  
008 Helmer, Gláucia Rodrigues de Abreu, Vera Lúcia Peruchi, Rogenir Roque Rodrigues,  
009 Diogo Elder Nardi, Robertta Steffanya Fernandes Queiroz, Mariângela Gonçalves  
010 Coelho, Alexandre de Azevedo Correia, Eliana Aparecida do Nascimento, Elci Miranda  
011 Lobão, Helton Braz Scarpe, Gilson Sena Ventura, Antonio de Castro Reis, Rosangela  
012 Pinheiro dos Santos Jasper, Maria das Graças Loureiro da Silva, Carlos Ajur Cardoso  
013 Costa, Marcos dos Santos, Maria Lúcia dos Santos Mariano, Dauri Correia da Silva,  
014 Joseni Valim de Araujo, Maria Suzete Oliveira Caliar, Aguiberto Oliveira Lima, Mario  
015 Camilo de Oliveira Neto, João Paulo Auler. Ausência Justificada dos (as) conselheiros  
016 (as): Cícero Spadarott, Sirlete Maria Orleti e Rossana Bezerra de Rezende. O Secretário  
017 Executivo Alexandre de Oliveira Fraga que cumprimenta os presentes e agradece a  
018 presença de todos, inicia a chamada dos conselheiros, e comunica ao Pleno que por  
019 solicitação da Mesa Diretora as cadeiras do Auditório da SESA foram posicionadas em  
020 forma de círculo, ladeadas, para que o debate ocorra mais fraterno dentro da  
021 perspectiva que o Conselho anseia dentro das suas funções. O Presidente da Sessão,  
022 Conselheiro Ricardo de Oliveira saudou a todos os presentes, frisando que é a primeira  
023 reunião depois da posse dos Conselheiros, comenta ainda a importância de irmos  
024 direto aos itens da pauta devido a quantidade de assuntos a serem tratados, logo na  
025 sequência passa a palavra a Secretário Executivo Alexandre de Oliveira Fraga que  
026 procede com a leitura dos **INFORMES: 1 - Exposição Temática** - "Quadros que  
027 Falam" – realizada no HPM (Hospital da Polícia Militar) até dia 30 de Julho de 2016,  
028 que faz parte do Projeto "Parte Ler e Pensar". **2 - Capacitação para Lideranças**  
029 **Comunitárias e Conselheiros dos Sistemas Municipais de Saúde**, com a  
030 coordenação da professora Dr<sup>a</sup> Ana Tarjina, os encontros são sempre as sextas feiras,  
031 a cada 15 dias - de 05 de agosto a 02 de dezembro, no horário das 14 às 18 horas.  
032 Local UFES, Salão Rosa CCJE. **3 - Audiência Pública:** "O Controle de Qualidade do  
033 Sangue Doador para Transfusão" - a realizar-se no dia 04 de agosto, quinta-feira, às  
034 15h, no Auditório "Augusto Ruschi", convocada pelo Presidente da Comissão de Saúde  
035 Dr. Hércules Silveira, na Assembleia Legislativa. **4 - Realização da XX Plenária**  
036 **Nacional de Conselhos de Saúde**, em Brasília nos dias 24 e 25 de agosto de 2016.  
037 O Secretário Executivo do CES, Alexandre de Oliveira Fraga, informa que o Espírito  
038 Santo terá direito a inscrever 48 representantes, sendo 04 indicados pelo Conselho  
039 Estadual de Saúde, Trata-se de uma mobilização nacional dos conselhos de saúde em  
040 torno da defesa do financiamento do SUS e contra emendas constitucionais e projetos  
041 de leis que tramitam no Congresso e, que se aprovados pode gerar um prejuízo de  
042 mais de quarenta bilhões de reais ao financiamento do SUS. Será uma tragédia e que  
043 certamente cairá no colo dos municípios que está mais perto da população e que  
044 refletirá no nosso Estado. **5 - Instalação da Frente Parlamentar em Defesa a**  
045 **Reforma Psiquiatra** - A Conselheira Graça Loureiro informa que dia dezoito de  
046 agosto, às nove horas, na Assembléia Legislativa será o lançamento. O secretário  
047 executivo Alexandre de Oliveira Fraga transmite um informe da Conselheira Rosangela  
048 reiterando Audiência Pública: "O Controle de Qualidade do Sangue Doador para  
049 Transfusão" que está divulgando junto com o Fórum de Segurança Alimentar e  
050 Nutricional e a Associação dos Portadores de Doença Falciformes. A Conselheira  
051 Rosangela Pinheiro dos Santos Jasper destaca que esta sendo realizada pelo Conselho  
Nacional de Saúde a 1ª Conferência Nacional de Vigilância Sanitária e Epidemiológica e  
temos que aproveitar este momento para discutir as coisas que estão acontecendo, as  
violações e ver todas essas denúncias. a Comissão Intersetorial que passa pela saúde

052 dos trabalhadores, no meio ambiente, na saúde mental precisa discutir todas essas  
053 questões para que possamos conseguir efetivamente a defesa do SUS que é o nosso  
054 maior patrimônio, no qual não abriremos mão. O presidente do CES e Secretário de  
055 Estado da Saúde, Ricardo de Oliveira, Abre a discussão sobre a pauta. **Pauta 1.**  
056 **Conhecer a Lei 7.964 e Regimento Interno - Explicação da Lei e Regimento Interno**  
057 **CES. Tempo:** 20 minutos com a Relatoria: Secretaria Executiva. O Conselheiro Aguiberto  
058 Oliveira Lima propõe encaminhamento sobre a ordem da pauta observando que o 5º  
059 ponto é a mesma coisa, na medida em que dialoga o TAC e solicita ainda a inclusão de  
060 um ponto que é decorrente desse último informe que a Secretaria Executiva traz que é  
061 a representação da Coordenação de Plenária neste Conselho. Não só das Comissões,  
062 mas na sequência das comissões e a Coordenação de Plenária para fazer a outra  
063 defesa do SUS nesta atividade em Brasília. O secretário executivo Alexandre Fraga  
064 informa que o Item 1 da Pauta é diferente do Item 5, a discussão é em torno do  
065 Regimento Interno e a Lei 7.954 para que todos os conselheiros tenham conhecimento  
066 e a necessidade de reafirmação de alguns pontos que na realização de nossas  
067 reuniões para que sejam produtivas. Reuniões passadas em nosso Conselho foram  
068 muito tumultuadas, com tempo imenso de discussões e o Regimento Interno  
069 totalmente desrespeitado. Preparamos uma pequena apresentação para reforçar junto  
070 aos conselheiros a dinâmica que deve ser seguida por todos que integram este Órgão,  
071 para dar dinamismo no funcionamento de nossas reuniões. Este Item 5 que o  
072 Conselheiro Aguiberto Oliveira Lima coloca, está no bojo das discussões das Comissões  
073 que a participação na Coordenação de Plenária é uma das comissões do Conselho,  
074 então não deixa de estar inserida nesta discussão. Como orientação do Presidente do  
075 Conselho Ricardo Oliveira, foi sugerida irmos direto aos assuntos da Pauta. O  
076 Conselheiro Anselmo Dantas deu início à explicação do Regimento Interno indo direto  
077 ao Artigo 9º. Na verdade o Regimento do Conselho fala de como nós Conselheiros  
078 devemos nos comportar nessa situação. Uma discussão que sempre foi colocada aqui  
079 no Conselho sobre a questão do funcionamento das reuniões. O artigo 9º relata que o  
080 Conselho funcionará 11(onze) vezes por ano, na terceira quinta-feira mês e  
081 extraordinariamente por convocação do senhor Presidente do Conselho, ou em  
082 decorrer de requerimento de maioria absoluta de seus membros. De cara nós temos  
083 um compromisso anual de 11 (onze) Reuniões Ordinária do Conselho e eventualmente  
084 as Extraordinárias. Outro aspecto é a questão do direito a voto, e isso sempre foi uma  
085 discussão e também de que como a reunião se inicia. Vejam que ao iniciamos a  
086 reunião, o Secretário Executivo lê as presenças para verificar o quorum para ser  
087 instaurada a Seção do Conselho, então para aqueles que não estão familiarizados com  
088 o Conselho esta é uma prática. Uma primeira convocação é feita às 14 horas e  
089 havendo quorum se instala para uma segunda convocação às 14h30min, são trinta  
090 minutos depois. O Artigo 10º fala da questão da presidência do Conselho, então a  
091 nossa Lei atual e o Regimento Interno reafirmam o caráter nato da presença do  
092 Secretário do Estado como Presidente de Conselho e há uma movimentação no sentido  
093 de adequarmos esse item. A recomendação do Conselho Nacional de Saúde de acordo  
094 com a Resolução 453 fala que a escolha do presidente deverá ser feita entre os pares.  
095 O artigo 12 fala da questão do voto, o presidente terá direito a voto nominal e de  
096 paridade, ou seja, é o voto de desempate, o suplente do secretário de estado é o  
097 Conselheiro Francisco José Dias da Silva (Dr. Chiquinho), vejam bem, nosso Regimento  
098 é tão bem detalhado que a pauta tem que constar o expediente com o informe da Mesa  
099 como primeiro item, a ordem do dia com os temas que serão tratados pelo Plenário do  
100 Conselho que é a instância soberana do Conselho. A Conselheira Rosângela pede  
101 desculpas por interrompê-lo, mas questiona sobre os itens da pauta, as coisas estão  
102 acontecendo numa dinâmica muito grande nós teríamos a possibilidade de encaminhar  
103 antes da próxima reunião de pauta, e qual o tempo estipulado? 24 horas, 12 horas,  
104 enfim pra encaminhar uma sugestão de linha a ser usada na pauta. O Conselheiro  
105 Anselmo Dantas relata que esse questionamento consta nos quatro itens do Artigo 12,  
106 a definição de ordem do dia partirá da relação dos temas básicos aprovados  
107 anualmente pelo Plenário, dos produtos das comissões e das comissões, e das  
108 indicações dos conselheiros ao final de cada reunião ordinária. A Conselheira Rosângela  
109 informa que depois dessa reunião aconteceu um fato extraordinário, porque a gente  
110 está trabalhando com uma demanda grande. O Conselheiro Anselmo Dantas comenta  
111 que logo abaixo no Parágrafo 5º sem prejuízos do Parágrafo 3º e a Secretaria

110 Executiva poderão proceder a uma seleção de temas obedecendo aos seguintes  
111 critérios de pertinência, relevância, de tempestividade, procedência então o próprio  
112 Regimento, ele tem um rigor, mas também permite que você pela urgência,  
113 emergência possa submeter. O Secretário Executivo Alexandre de Oliveira Fraga  
114 informa que é de praxe que todas as solicitações dos Conselheiros para inclusão na  
115 pauta são apreciadas pela Mesa Diretora que seleciona aqueles itens que são mais  
116 urgentes para serem tratados na reunião, tanto que temos matérias pra tratar em  
117 duas reuniões, já destacados pela Mesa Diretora que nós temos que nos debruçar  
118 sobre isso, mas pra essa reunião de hoje foi trazido essa pauta. Então podem ser  
119 encaminhados a Secretaria Executiva do Conselho, a gente leva pra reunião da Mesa e  
120 se for uma coisa de extrema urgência a matéria pode ser trazida aqui antes da  
121 reunião, o Plenário decide sobre a inclusão do item na pauta. O conselheiro Anselmo  
122 Dantas retoma sua apresentação informando que os parágrafos 5º e 6º falam dessa  
123 questão de estrutura da reunião, o que a gente observa é que o Regimento coloca na  
124 mão da Mesa Diretora e da Secretaria Executiva o papel de assessoramento ao  
125 Plenário do Conselho, então os questionamentos, as dúvidas, os subsídios, material é  
126 responsabilidade da Mesa e da Secretaria Executiva. Outra questão que deu muita  
127 polêmica, pelo menos eu vi algumas aqui neste semestre, é a questão, quando mais de  
128 um conselheiro pede o direito da palavra simultaneamente. Sobre o mesmo assunto,  
129 então o Presidente deverá concedê-la na seguinte ordem: ao(s) autor(es) da(s)  
130 proposta(s), a relator, ao autor do(s) voto(s) sem separados, ao autor(es) de  
131 emenda(s), ao conselheiro favorável à matéria em discussão. Vejam que tem um grau  
132 de detalhamento muito importante dos conflitos, uma sugestão que a gente conversou  
133 na Secretaria Executiva e o mesmo com o nosso Presidente é a questão da  
134 participação de quem for relatar alguma coisa tem que vir preparado para essa  
135 relatoria quanto mais claro tiver a posição do relator, mais clareza vai ter o Conselho  
136 pra decidir sobre essas matérias. O nosso regimento fala sobre a interrupção da fala de  
137 um Conselheiro ou outro, inclusive na questão de apartes, nós assistimos muito a  
138 seguinte situação, o Conselheiro faz um comentário, uma análise referente ao outro  
139 conselheiro. Outro conselheiro pede a palavra porque se sentiu citado na manifestação,  
140 e o Regimento não fala dessa forma, ele tem uma linha para que se possa apreciar a  
141 matéria obedecendo à doutrina, obedecendo a uma maior participação. No artigo 15º  
142 são assegurados os seguintes prazos para debate durante a ordem do dia. Os temas  
143 que foram pautados o Regimento diz o seguinte: 15 minutos para discussão, 10  
144 minutos para encaminhamento de votação e para levantar questão de ordem, 10  
145 minutos para discussão de requerimento, 02 minutos improrrogáveis para formular  
146 requerimento verbal, em qualquer fase da reunião, 05 minutos para proferir declaração  
147 de voto. Se a gente entrar no site da Assembléia Legislativa pode verificar que o nosso  
148 Regimento está mais parecido como da Assembléia Legislativa do que a do Conselho  
149 Nacional de Saúde, ou seja, ele tem um grau de rigidez que no Conselho Nacional, a  
150 gente vê que o nosso Regimento é muito rígido, essa é uma observação que a gente tá  
151 se deparando, então vejam vocês no artigo 16, que um Conselheiro julgar conveniente  
152 o adiamento da admissão de qualquer preposição poderá recorrer verbalmente. Então  
153 essas questões que nós colocamos em discussão para análise dos senhores  
154 Conselheiros se também não valeriam a pena o nosso Regimento Interno, no sentido  
155 de torná-lo um regimento mais democrático melhor para você lhe dar com ele, mais  
156 altura do Conselho quem tem matérias, uma dinâmica, um processo de trabalho, mais  
157 urgente, mais diferente e com outras necessidades. Os artigos 17 e 18 falam de  
158 quando a discussão termina, quando a votação deve ser feita, como é feito, é  
159 importante que os senhores Conselheiros tenham em seus emails, olharem isso porque  
160 esse é o momento da gente enfrentar esse Regimento e fazer as alterações necessárias  
161 para o melhor funcionamento do Conselho. Então era isso que a gente gostaria de  
162 chamar a atenção dessa rigidez que é o nosso Regimento Interno, o detalhismo que é,  
163 e que vai exigir de nós uma atenção. O Secretário Executivo Alexandre de Olivera  
164 Fraga, pergunta se existe alguma dúvida relacionada ao Regimento Interno. A  
165 Conselheira Rosângela comenta que há alguns anos atrás quando foi convidada para  
166 participar de uma das reuniões do Conselho Estadual de Saúde, foi surpreendida por  
167 uma aprovação de uma ata que já havia sido encaminhada para Brasília, foi véspera de  
168 uma conferência estadual e nacional de saúde, então a ata foi encaminhada a revelia,  
169 e a apreciação da ata posterior só pra que gente dessa legitimidade ao ato. "Ta

170 entendendo Anselmo? A minha dúvida”. Tínhamos que dar legitimidade ao ato que foi  
171 decidido, ou seja, foi uma ata sem prévia votação e anuência dos conselheiros, e eu  
172 me pergunto se essa rigidez também não atropela a nossa participação. É isso que eu  
173 gostaria de saber? Por que na época havia um pessoal indígena, eu estava sentada  
174 próxima a eles e eu ouvi um comentário assim: “de novo!” Então eu gostaria de saber  
175 assim, até onde essa rigidez irá atropelar como eu já assisti e espero que tenha sido  
176 superado, mas gostaria muito que me respondesse. O Conselheiro Anselmo Dantas se  
177 pontificou a se responder. Eu penso o seguinte: nem tanto ao sol, nem tanto a  
178 escuridão, penso que o Regimento Interno do Conselho ele disciplina o seu  
179 funcionamento, é um acordo entre as partes de como o colegiado vai funcionar. Então  
180 quanto mais claro ele for melhor será a discussão das matérias, e votação das matérias  
181 será melhor. Então nosso Regimento peca pelo excesso de zelo por questões que a  
182 meu juízo, e a juízo de muitas pessoas aqui nos parece que ele não tá focado que é o  
183 principal. O que o Conselho faz? Ele aprecia as matérias, vota a favor ou contra,  
184 apresenta moções e recomendações. O nosso trabalho fundamental que é eu não to  
185 esquecendo o papel que é fiscalizar, sugerir, mas fundamentalmente é isso. Um  
186 Conselho de estado precisa ter dinâmica, nós não podemos ficar o dia inteiro discutindo  
187 questões regimentais e esquecendo o foco principal nosso que é enfrentar os desafios  
188 do campo da saúde. Então a minha preocupação é que ele não seja tão flexível que  
189 permita todo tipo de arranjo, nem tão rígido que não permita você trabalhar, e só ficar  
190 discutindo questões regimentares que a gente viu aqui. O Secretário Executivo foi  
191 testemunha disso aqui. Então não é interessante para as pessoas que aqui vêm que a  
192 gente passe o dia inteiro abordando o mesmo assunto. Nós precisamos de um  
193 Regimento que atenda a realidade dos fatos, a saúde é urgência todos os dias, de  
194 manhã, à tarde, à noite, fins de semana, ou seja, as questões são muitas. Conselheira  
195 Graça comentou que vai ter uma comissão para atender as nossas demandas, fazendo  
196 os encaminhamentos direitinhos e depois para ser aprovado. Porque eu acho muito  
197 importante que nós tenhamos um Regimento bem redondinho que possa nos atender,  
198 mas que não dá nas reuniões a gente ficar discutindo Regimento Interno. Temos que  
199 dar prioridade as outras pautas. O Conselheiro Pastor João Paulo diz que concorda com  
200 a adequação do Regimento Interno no que tange a rigidez e flexibilidade. O Presidente  
201 do Conselho Ricardo de Oliveira falou sobre o item 5 da pauta, que trata sobre o termo  
202 que ajuste e conduta – TAC do Ministério Público, com a Secretaria que estabelece  
203 prazos para revisão da Lei 7.964 que organiza o Conselho Estadual de Saúde e seu  
204 Regimento Interno. Para que houvesse a posse do Conselho eu tive que assinar um  
205 TAC junto ao Ministério Público, porque houve um questionamento a respeito do  
206 processo eleitoral. Questões formais, uma questão de conteúdo. Tivemos que explicar  
207 como foi o processo, que tinha ocorrido uma grande participação, e por uma questão  
208 formal como a que estava sendo aposentada, até com certa lógica, ela não poderia  
209 atrapalhar o principal, que é o conteúdo, que tinha sido uma eleição com ampla  
210 participação, que o Conselho promoveu com toda transparência possível e, assim, não  
211 teria sentido revogar esse procedimento por conta disso. A promotora Dr<sup>a</sup> Inês Poldi  
212 entendeu, mas a forma do Ministério Público trabalhar é fazer um TAC, fiz o primeiro  
213 TAC de minha vida, e o primeiro TAC a gente nunca esquece. E esse TAC diz  
214 puramente o seguinte, vocês então vão ter que fazer a revisão da legislação dessa Lei  
215 7.964 que é um processo que já vinha do Conselho anterior, muita discussão, já havia  
216 chegado até um consenso num texto, quando foi interrompido aí com término do  
217 biênio anterior do Conselho, trazendo a discussão que já teve no Conselho passado que  
218 com esse acúmulo para abrir de novo a discussão do Conselho daqui e ela estabeleceu  
219 um prazo para que isso ocorresse e esse é o TAC que devemos cumprir. Temos que  
220 iniciá-lo em 90 dias porque foi o prazo estabelecido pelo Ministério Público. A idéia é  
221 fazermos essa reformulação e encaminharmos para Assembléia Legislativa, onde serão  
222 notificados vários itens da legislação, e uma delas é o Controle Social, que é uma  
223 proposta já consolidada no debate anterior. E essa proposição foi sugerida pela  
224 Secretaria Executiva de montar uma comissão do conselho com o objetivo de fazer  
225 uma relatoria de todos os itens que deverão ser reformulados, onde os conselheiros  
226 receberão esse documento por email, para que na próxima reunião seja discutido. A  
227 Conselheira Graça sugeriu fazermos paralelo ao Regimento. O Secretário Executivo  
228 Alexandre Fraga faz uma breve leitura os termos que foram acordados junto ao  
229 Ministério Publicam e dizem respeito ao seguinte: o compromisso que CES tem no

230 prazo de 90 dias a partir da posse dos novos conselheiros providenciarem apreciação  
231 plenária de todas as adequações que se fizerem necessária a Lei 7.964, que é a atual  
232 Lei do Conselho e no Regimento Interno para fins de cumprimento da Resolução 453  
233 do Conselho Nacional de Saúde cujo prazo de conclusão não poderá exercer a 180 dias  
234 a segunda questão que foi comprometida, inclui o Regimento Interno e estabelece o  
235 prazo para que seja iniciado o processo eleitoral para eleição do novo pelo do  
236 Conselho, coisa que não previa tanto na nossa Lei como em nosso Regimento. 3ª  
237 questão diz respeito ao compromisso de incluir no Regimento a questão da ampliação  
238 dos espaços de participação. Queríamos informar aos Conselheiros que esta discussão  
239 sobre a mudança da Lei, já havia sido feita na gestão passada e pela Mesa Diretora,  
240 então a sugestão que estamos trazendo que essa matéria pudesse ficar sobre os  
241 auspícios da Mesa Diretora que é composta por 8 conselheiros que foram eleitos na  
242 reunião passada, para ficar a cargo junto com a Secretaria Executiva preparar esse  
243 material e socializar as informações com os demais conselheiros. Iremos encaminhar a  
244 cópia do Termo de Ajuste e Conduta, com essas informações, a Minuta de Lei que já  
245 existe, me parece que a assessoria técnica do gabinete com base na Minuta e no  
246 Termo já fez o estudo e está apresentando uma contribuição, e a Mesa Diretora pediria  
247 um prazo para os conselheiros apresentarem suas sugestões em relação à lei.  
248 Lembrando que o nosso pano de fundo é a Resolução 453, há uma determinação  
249 expressa do Ministério Público que seja respeitado os termos da Resolução 453 do  
250 Conselho Nacional de Saúde, que é muito clara, têm uma amplitude muito  
251 interessante. É uma orientação que orienta não só o CNS como todos os conselhos  
252 estaduais e municipais. O Conselheiro Aguiberto Oliveira de Lima pede para dialogar  
253 sobre Resolução 453 do Conselho Nacional de Saúde que estabelece parâmetros para  
254 regimentar e estruturar o funcionamento de todos os Conselhos do SUS no Brasil, o  
255 que pesa é que o Regimento não contempla questões que também não foram  
256 contempladas em plenos anteriores contidas na Resolução 453, como por exemplo,  
257 como é que se organiza o rito processual? Quem é que demanda a abertura de  
258 processos, começa onde, qual é o tramite? Pode ser um debate por conta própria sem  
259 um diálogo com a entidade que representa. O fluxo dos processos, a questão das  
260 assessorias técnicas não está na Resolução 453, não está no Regimento atual, nós  
261 temos já na Lei 8080 e na Lei Federal 141, ordinariamente, no primeiro ano nós temos  
262 que construir no primeiro ano de um governo o Plano Plurianual, é um plano feito pela  
263 Conferência para 4(quatro) anos, a cada ano a partir desta data tem que fazer o PAS  
264 plano anual de saúde, e tem prazo dentro da Lei 141 para depois ir a casa Legislativa.  
265 Isso tudo tem prazo, para o gestor não tem prazo para o controle Social e Fazenda  
266 Evolutiva. E aonde esse prazo vai estar? Na organização de fluxo. Precisamos pensar  
267 em qual é o ciclo de organização da política do SUS. Começa pela PPA, com datas  
268 específicas. Precisamos fazer uma substituição de forma qualificada, com uma  
269 diversidade de representantes em nossos vastos seguimentos, precisamos contemplá-  
270 los aqui no Conselho, com debates qualificados e organização de fluxo. Conselheira  
271 Rosângela Jasper falou sobre a disponibilização de material, pediu ao Secretário  
272 Executivo que acontecesse o mais breve possível a todos os membros do Conselho, e  
273 pediu também um prazo para falar em plenário. Por não estar presente na reunião  
274 anterior, pede identificação aos Conselheiros, pois não os conhece. Solicitou ainda que  
275 a Secretaria encaminhasse emails de todos os Conselheiros, pra haver troca de idéias e  
276 informações. Conselheiro Gilson informou que juntamente com outros Conselheiros que  
277 compunham plenos anteriores já haviam feito propostas para reformulação da Lei com  
278 mudanças. Hoje esse projeto encontra-se na Assembléia Legislativa, e não temos  
279 informações de como se encontra. Falou que o Conselho Estadual de Saúde necessita  
280 de uma Lei atualizada que atenda as necessidades e expectativas de todos. O  
281 Secretário de Saúde Sr Ricardo de Oliveira informou que desconhecia essa situação. No  
282 ano de 2011 foi debatida diversas vezes a reformulação da Lei 7.964, até ser  
283 encaminhada para Assembléia Legislativa. O Presidente do Conselho Dr. Ricardo  
284 informou desconhecer essa informação, mas que irá debater em plenário. A proposta  
285 sugerida pelo Conselheiro Gilson Venturs é que a Comissão seja a Mesa Diretora, todos  
286 concordaram unanimemente. Ficou definido ainda que enviado por email a todos  
287 Conselheiros, cópia do TAC e Minuta da Lei para que no prazo de ate 02(dois) dias esse  
288 assunto seja resolvido. O Conselheiro Aguiberto Oliveira de Lima ressalta a seguinte  
289 orientação que a Comissão seja a Mesa Diretora para dialogar a reforma da Lei e

329 Regimento, mas possibilitando que cada Conselheiro (a), Titular ou Suplente possa  
330 encaminhar propostas à Secretaria Executiva para iniciar os debates. O Secretário  
331 Executivo informou que a Mesa Diretora se reunirá dia 25(segunda-feira), já na  
332 reunião acertaremos toda a tramitação pertinente a esse assunto. **Item 2: Aprovação**  
333 **das Atas 62ª RE, 167ª RO e 63ª RE** - O Secretário Executivo Alexandre Fraga  
334 informa que encaminhou cópia das atas por email aos conselheiros e diz tratar-se de  
335 duas atas anteriores a posse dos novos Conselheiros, embora existam alguns  
336 Conselheiros que faziam parte da gestão anterior e permaneceram. Essas atas  
337 reproduzem as reuniões 62ª RE de 14 de abril de 2016, a 167ª RO de 28 de Abril de  
338 2016 e a reunião 63ª RE realizada em 07 de julho de 2016 onde ocorreu a posse dos  
339 atuais conselheiros e eleição da Mesa Diretora. Foi encaminhado para leitura,  
340 sugestões ou correções estando agora aberta para debate. Conselheira Joseni lembrou  
341 aos conselheiros que em conformidade com o Regimento Interno as atas foram  
342 encaminhadas e qualquer proposta de correção tem que ser encaminhada com  
343 antecedência a Secretaria Executiva, para que na hora da Reunião o debate seja  
344 objetivo e resumido. Conselheira Maria Lucia saudou a todos, pediu para corrigir seu  
345 nome na ata de 14 de Abril. O Secretário Executivo informou que a correção será feita.  
346 O Presidente do Conselho Ricardo de Oliveira perguntou ao Pleno se há mais alguma  
347 correção a ser feita na Ata. Não havendo manifestação, as atas foram aprovadas. **Item**  
348 **3 - Realização do planejamento estratégico para organizar os trabalhos do**  
349 **Conselho** - O Presidente do Conselho Ricardo de Oliveira propõe que o Conselho que  
está iniciando seu trabalho, precisa definir uma nova estratégia de trabalho, com vistas  
a definir o que será feito em dois anos e qual o legado será deixado por este Conselho  
ao término desse mandato. Precisamos deixar uma contribuição estruturante para o  
SUS. Aproveitou a oportunidade para apresentar a Senhora Mariza Neves Guimarães  
que é consultora e traz um projeto de Alinhamento Estratégico detalhado de diretrizes  
e orientações para um melhor funcionamento do Conselho. Com a palavra a Senhora  
Mariza cumprimentou a todos se identificou como Administradora trabalha com  
estratégia, já prestou serviços ao Estado e em diversas secretarias, e falou sobre  
Estratégia de como alcançar essa metodologia de trabalho e propôs fazermos isso em  
dois momentos. O primeiro momento será quatro horas ouvindo e aprendendo sobre o  
efetivo papel do CES. No segundo momento trabalhando no Workshop, com duração de  
quatro horas, com objetivo e foco no SUS visão e gestão, e no final resultados para o  
SUS e as facilidades dentro da legalidade. Traduzindo o conhecimento em estratégia  
para atingir aquilo que usuário e SUS esperam, temos que pensar em níveis gerenciais.  
A Conselheira Rosângela Jasper interrompeu brevemente com uma dúvida, sentiu falta  
de uma explanação ou referência do controle social no primeiro momento. Pediu a  
Senhora Mariza para ser contemplada nessa observação. Precisa ser uma pessoa que  
viva diariamente o contexto. O Presidente do Conselho Doutor Ricardo de Oliveira acha  
a sugestão boa. questionou quem seria esta pessoa, o Conselho indicaria? As pessoas  
envolvidas poderiam escolher. A Conselheira Rosangela falou que dentro dos membros  
do Conselho existem pessoas reconhecidas notoriamente, tanto no conhecimento,  
como na prática. A consultora Mariza conclui dizendo que a sugestão foi muito  
enriquecedora e que é facilitador de todo esse processo, não se detendo a questão da  
missão e visão, mas que no Workshop através de conversas e troca de conhecimentos  
todos agregariam valores, nivelando as expectativas dos conteúdos abordados.  
Conselheira Maria Lucia forneceu uma contribuição para ser trazido a debate, o  
absenteísmo e as demandas judiciais, temos que encontrar uma forma de acabar com  
isso até mesmo porque temos vários subsecretários que poderiam estar resolvendo  
isso muito bem. O Conselheiro Aguiberto de Lima aborda a questão da eficácia e não  
eficácia do SUS dentro de sua comunidade, a articulação do saber lúdico, a  
contribuição da academia, com a militância política do SUS que é fundamental. Fazer a  
mediação entre esses dois aspectos, cuja função é desse Plenário. A consultora Mariza  
trazendo esta proposta do planejamento mas nada nos impede de propor uma  
condução para além do que está posto, propondo outros direcionamentos. O  
Conselheiro Marcos dos Santos saudou a todos, pediu para colocar dois pontos. O  
primeiro mencionou o fato de conhecer a maioria dos Conselheiros, e que uma boa  
parte desfruta do privilégio de viverem em suas comunidades e já passaram por outros  
tipos de conselhos. Enfatiza que o momento em que mais cresceu foi dentro das  
plenárias e conferências, pois é um momento único, entendemos o que realmente é

350 "estar conselheiro". Quando a Consultora Mariza fala de planejamento, é necessário  
351 que o Conselheiro seja conhecedor das Leis, mas isso não significa que ela tenha que  
352 ser só legalista, mas é necessário que esteja empenhado num todo como diz a  
353 Conselheira Maria Lucia, você se empodera depois de eleito e adquire uma visão ampla  
354 do sistema. O Secretário Executivo Alexandre Fraga informou que irá consultar o  
355 Plenário para aprovar a fala da convidada Andressa Barcelos, pois de acordo com o  
356 Regimento Interno, só tem direito a voz conselheiros e conselheiros suplentes. O  
357 Conselheiro Aguiberto apresenta ao Plenário, Andressa Barcelos dirigente sindical dos  
358 enfermeiros, foi por dois mandatos consecutivos membro deste conselho e contribui  
359 para esse Plenário, regimentalmente não está nem titular nem suplente, não tem  
360 direito a voz, a menos que a Presidência consulte ao Plenário conceder ou não o direito  
361 a palavra. Então o Presidente do Conselho consulta ao Plenário, e todos foram a favor.  
362 Andressa Barcelos saudou ao Plenário. E fez uma pergunta para saber o custo desse  
363 Planejamento Estratégico, que será executado pela Consultora Mariza, pois segundo  
364 ela, não ficou claro. Vai ser de graça? Gerou algum custo? Tem contrato? Porque até  
365 onde sabemos existe vários técnicos e especialistas nesta Secretaria em Planejamento,  
366 e sabemos que na SESA está havendo corte de gastos, se existe aqui pessoas com  
367 essa capacidade. Esse é meu questionamento. Em resposta a esse questionamento o  
368 Presidente do Conselho Ricardo de Oliveira disse que é um contrato de capacitação  
369 feito entre a ESESP e a SESA e a Secretaria de Saúde irá arcar com valor estimado em  
370 aproximadamente R\$ 1.900,00 (hum mil e novecentos reais). Continuando a Sra  
371 Andressa pergunta o porquê da Secretaria não utilizar seus próprios especialistas?  
372 Porque precisa ser um profissional independente da composição do Plenário, para  
373 evitar qualquer tipo de vínculo com o estado, para permitir um debate mais  
374 transparente. O Senhor Mansour – Coordenador Estadual de Plenária pediu para falar  
375 ao Plenário, novamente o Secretário Executivo o interrompeu, informando que deverá  
376 seguir o mesmo rito de consulta que foi feito com a Senhora Andressa Barcelos em  
377 conformidade ao Regimento. O Presidente do Conselho consultou ao Plenário, que  
378 concordou com o direito de falar do Senhor Mansour. Após identificação propôs  
379 consultar ao Conselho Estadual, e até solicitar se nesse Seminário, que é muito  
380 importante inserir a Coordenação Estadual de Plenária neste evento, porque tem  
381 muitos Coordenadores novos que estão chegando, e precisam se apoderar dessas  
382 informações. O Presidente do Conselho pergunta quantas pessoas compõem a  
383 Coordenação Plenária. O Secretário Executivo respondeu vinte e quatro membros  
384 titulares e vinte e quatro suplentes. O Presidente do Conselho Ricardo de Oliveira  
385 sugere fazer outro processo para elaborar a aplicabilidade do Planejamento  
386 Estratégico, e comenta que a solicitação feita pelo Senhor Mansour procede de forma  
387 favorável, mas ressalta que existe um número estipulado de pessoas para não perder a  
388 qualidade do debate. E logo que seja aplicado o Planejamento Estratégico dos  
389 Conselheiros do CES, e feita à devida avaliação junto ao Plenário sobre o proveito  
390 desse planejamento com a devida avaliação do resultado. E num segundo momento  
391 tenho sim interesse em te atender. O Secretário Executivo Alexandre Fraga diz que em  
392 momento algum quis ser inoportuno, mas foi designado pelos Conselheiros da Mesa  
393 Diretora como "Zelador" do Regimento Interno do Conselho, então se faz necessário  
394 que tudo seja cumprido, para que seja mantida a ordem no Plenário. O Presidente  
395 Ricardo de Oliveira coloca junto ao Plenário a votação o Planejamento Estratégico com  
396 a observação feita pela Conselheira Rosângela Jasper. A matéria foi aprovada. **Item 4**  
397 **- Análise das Resoluções do CES 944 a 953** - O Secretário Executivo Alexandre  
398 Fraga registra que na Reunião Ordinária Nº 167ª foram aprovadas essas Resoluções,  
399 apresentadas pelo Conselheiro Antonio Carlos com vários assuntos que não constavam  
400 na pauta de reunião e surgiram durante o debate. Encaminhamos então as Resoluções  
401 ao Gabinete para serem homologadas pelo Secretário de Saúde, e essas matérias não  
402 foram homologadas conforme prevê o Regimento Interno e foram devolvidas ao  
403 Conselho. A não homologação foi devido às seguintes questões, de acordo com o  
404 parecer que destaca os seguintes aspectos: Os assuntos não constavam da pauta da  
405 referida reunião, não havia quorum para aprovação das matérias no momento da  
406 votação, parte dos temas incluídos não estão no âmbito de competência do Conselho,  
407 descrito no artigo terceiro do seu Regimento Interno. Assim, de acordo com essas  
408 informações, essas matérias não podem ser objetos de homologações, visto que  
409 contraria os dispositivos abaixo descritos: Art.13 – A pauta da reunião ordinária

410 constará de: Inciso terceiro, ordem do dia constando dos temas previamente definidos  
411 e preparados, sendo obrigatório um tema da agenda básica anual aprovada pelo  
412 Conselho Estadual de Saúde – CES/ES. Parágrafo primeiro será permitido à solicitação  
413 de inclusão de pauta, a qual deverá ser feita na abertura da reunião, devendo a  
414 mesma ser apreciada pelo Plenário. Então as matérias internas não tinham sido  
415 solicitadas como inclusão de pauta. Parágrafo sexto, cabe a Secretaria Executiva a  
416 preparação de cada tema de pauta da ordem do dia, com documentos e informações  
417 disponíveis, inclusive destaques aos pontos recomendados para deliberação, a serem  
418 distribuídos pelo menos uma semana antes da reunião, sem que, salvo a critério do  
419 Plenário, não poderá ser votado. Art.21 – As deliberações do Conselho Estadual de  
420 Saúde – CES/ES, observando a quorum estabelecido, serão tomadas pela maioria  
421 simples de seus membros mediante resoluções, sempre que se reportarem as  
422 responsabilidades legais do Conselho. Considerando que as normativas transcritas  
423 deixaram de ser observadas, as resoluções carecem de respaldo legal, razão pela qual  
424 não foram homologadas recomendando-se, portanto da adoção da providência prevista  
425 no parágrafo terceiro do artigo vinte e um para que possa o plenário deliberar sobre a  
426 sua anulação. Parágrafo terceiro, na hipótese de não homologação pelo Secretário de  
427 Estado da Saúde, a matéria deverá retornar ao Plenário do Conselho Estadual de  
428 Saúde – CES/ES, na reunião seguinte, acompanhada de justificativa e proposta  
429 alternativa, se de sua conveniência. O resultado da deliberação do Plenário será  
430 novamente encaminhado ao Secretário de Estado de Saúde para homologação e  
431 publicação no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, no prazo máximo de trinta  
432 dias, a contar da aprovação plenária. Todos lembram, foi um momento muito  
433 conturbado da reunião, seguido de debate, os conselheiros que estavam aqui na  
434 gestão passada no caso Maria Lúcia, Joseni, Débora, Anselmo, Ricardo, Francisco que  
435 estava presidindo a seção. E na votação dessa matéria, votaram favoráveis 9  
436 conselheiros e 3 se abstiveram, e o total desse número da doze votos, que fere o  
437 quorum do Conselho que diz que as matérias só podem ser aprovadas por metade e  
438 mais um dos conselheiros, ou seja, no mínimo treze votos, então está gerando um  
439 problema em relação ao quorum da matéria, e outras questões várias vezes isso foi  
440 relatado. O Secretário Executivo informou o assunto que trata cada resolução:  
441 RESOLUÇÃO Nº. 944/2016, Art. 1º Aprovar que a medicina do trabalho realize vistoria  
442 na sede do Conselho Estadual de Saúde, situada na antiga sede da Secretaria de  
443 Estado da Saúde, na Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 2025, Bento Ferreira,  
444 Vitória/ES; RESOLUÇÃO Nº. 945/2016, Art. 1º Aprovar a reconstrução das servidoras  
445 Elionay Menelli Lemos e Ingrid Febrone Meira do Conselho Estadual de Saúde;  
446 RESOLUÇÃO Nº. 946/2016, Art. 1º Aprovar que seja disponibilizado ao Conselho  
447 Estadual de Saúde cópia do contrato do Pró Saúde com o Hospital Estadual de Urgência  
448 e Emergência e a prestação de contas do mesmo ao Pleno do Conselho Estadual de  
449 Saúde; RESOLUÇÃO Nº. 947/2016, Art. 1º Aprovar que seja disponibilizado ao  
450 Conselho Estadual de Saúde cópia do Processo Seletivo realizado pela Secretaria de  
451 Estado da Saúde para a contratação de servidores; RESOLUÇÃO Nº. 948/2016, Art. 1º  
452 Aprovar que seja realizada a Prestação de Contas ao Conselho Estadual de Saúde dos  
453 contratos de compras de repelentes do mosquito da dengue; RESOLUÇÃO Nº.  
454 949/2016, Art. 1º Aprovar que a Secretaria de Estado de Controle e Transparência –  
455 SECONT compareça ao pleno do Conselho Estadual de Saúde para realizar  
456 apresentação dos pareceres dos seus Processos; RESOLUÇÃO Nº. 950/2016, Art. 1º  
457 Aprovar que a equipe da Ouvidoria, Corregedoria e Auditoria da Secretaria de Estado  
458 da Saúde compareçam ao Conselho Estadual de Saúde para realizar Prestação de  
459 Contas; RESOLUÇÃO Nº. 951/2016, Art. 1º Convidar o representante do Ministério  
460 Público Estadual, Dr. Cleto Vinícius Vieira Pedrollo, para participar de Reunião com a  
461 Mesa Diretora e o Pleno do Conselho Estadual de Saúde; Art. 2º Convidar a  
462 representante do Ministério Público Estadual, Dra. Inês Thomé Poldi Taddei, para  
463 participar de Reunião com a Mesa Diretora e o Pleno do Conselho Estadual de Saúde;  
464 RESOLUÇÃO Nº. 952/2016, Art. 1º Convocar o Subsecretário para Assuntos de  
465 Regulação e de Organização da Atenção à Saúde, o Subsecretário de Estado da  
466 Assistência em Saúde e o Subsecretário de Estado da Saúde para Assuntos de  
467 Administração e de Financiamento da Atenção a Saúde da Secretaria de Estado da  
468 Saúde para apresentarem o relatório de suas pastas ao Pleno do Conselho Estadual de  
469 Saúde; RESOLUÇÃO Nº. 953/2016, Art. 1º Responsabilizar o Subsecretário de Estado

470 da Saúde para Assuntos de Administração e de Financiamento da Atenção a Saúde da  
471 Secretaria de Estado da Saúde e o chefe de transporte da Secretaria de Estado da  
472 Saúde pela não viagem da conselheira Maria Lucia dos Santos Mariano e do conselheiro  
473 Anderson Pedro Alves a Mariana e Ouro Preto, em Minas Gerais, nos dias 26 e 27 de  
474 abril de 2016. Informa ainda que havia uma dinâmica na Mesa Diretora passada, que  
475 as matérias que pediam esclarecimentos, prestação de contas, chegavam a Mesa  
476 Diretora, e a própria Mesa Diretora encaminhava correspondência as áreas técnicas  
477 convidando aos setores para virem ao Conselho prestar esclarecimentos. Com estes  
478 esclarecimentos, a matéria volta ao plenário do conselho para discussão. O Presidente do  
479 Conselho Ricardo de Oliveira ressalta a importância do entendimento sobre qual papel o  
480 conselho terá e assim evitar gasto ineficaz de energia. O Conselheiro AguiBERTO Oliveira  
481 Lima agradece ao presidente e encaminha proposta de que a Mesa Diretora do CES a luz do  
482 regimento, analise as resoluções não homologadas, e verifique se os assuntos tratados tem  
483 alguma e depois seja devolvido ao plenário o que for pertinente. A conselheira Maria Lucia  
484 ressalta que faz suas as palavras do Conselheiro AguiBERTO e acrescenta que a proposta de  
485 solicitação de viagem para Ouro Preto, sofreu prejuízos no final, não tendo nem carro, nem  
486 avião e pede que seja revisto a situação para evitar futuros transtornos. O Conselheira  
487 Marcos dos Santos reafirma a fala do conselheiro AguiBERTO sobre a resolução como força  
488 de lei, a ementa Dante de Oliveira fala bem claro sobre isso, as resoluções tem força de lei e  
489 não adianta a gente partir do pressuposto eu não concordo com isso, eu discordo daquilo.  
490 Sugere que a comissão absorva as denúncias, tudo que aconteceu aqui, que veio de  
491 conselheiros e não conselheiros, que seja feito estudo criterioso para que se façam as  
492 propostas. O conselheiro Anselmo Dantas justificou sua abstenção de voto, esclarecendo  
493 que o conteúdo das resoluções fala contra os conselheiros, pois a maioria era de ações que  
494 deveriam ter acontecido ao longo do mandato. Exemplifica com um relato da auditoria  
495 Ressalta a importância do cumprimento do papel dos conselheiros em relação a ações que  
496 deveriam acontecer ao longo do mandato. Ressalta a lei de transparência para acesso a  
497 documentos, independentemente da condição de ser conselheiros, tendo as resoluções assinadas  
498 caráter social representado em desejos, propostas e anseios. Discorre sobre a  
499 responsabilidade do conselho na discussão de matérias e enfrentamento de  
500 responsabilidades objetivas, não sendo só espaço que vocaliza questões, denúncias e  
501 reclamações, mas tendo responsabilidade e sendo cobrado pelas pessoas. Ressalta que o  
502 secretario foi extremamente regimental, não entrando no mérito das discussões  
503 apresentadas pelos conselhos e recomenda que se a matéria voltar, a mesa possa se debruçar  
504 diante das questões, podendo as mesmas serem oficializadas, não devendo o regimento ser  
505 usado para alfinetar a gestão, como não fazendo parte da administração, contendo a  
506 aceitação em ser conselheiros tornarem-se sócios pro bem e pro mal. A conselheira Graça  
507 Loureiro sugere que as questões que chegam ao conselho fossem realmente encaminhadas  
508 para os emails dos conselheiros para que as pessoas tivessem acesso e que se possível no  
509 dia das reuniões do conselho fosse apresentado soluções e providencias, e depois  
510 apresentado novamente ao conselho, pra gente não perder a essência da plenária do  
511 conselho que é soberana. O Presidente Ricardo De Oliveira ressalta a proposta do  
512 conselheiro AguiBERTO, apoiada por alguns conselheiros e feito isso, coloca o item em  
513 votação, sendo aprovado. **Item 6 - Composição das Comissões do CES** – O  
514 Conselheiro AguiBERTO de Lima inicia sua fala lembrando o artigo 19, que regulamenta o  
515 processo de votação A saber: A comissão do meio ambiente, vigilância e farmacologia,  
516 recursos humanos, saúde do trabalhador, municipalização e conselhos gestores, comissão  
517 setorial de orçamento e finanças e a comissão de educação permanente. São essas sete. Eu  
518 vim fazer uma proposição de formar comitês, porque hoje mesmo presidente vai dizer que a  
519 comissão é formada por no mínimo quatro e no máximo oito conselheiro, discorre sobre as  
520 vigilâncias e o que elas alocam, vigilancia sanitaria, vigilância epidemiológica, ambiental e  
521 vigilância em saúde do trabalhador. Quando a gente dialoga vigilância ambiental, tem o  
522 recorte com a comissão intersetorial do meio ambiente. Quando a gente dialoga a vigilância  
523 em saúde do trabalhador tem o recorte com a comissão intersetorial de saúde do

530 trabalhador. Na comissão intersetorial em saúde do trabalhador é o lugar onde o conselho  
531 dialoga com a academia, dialoga com o conhecimento empírico, com as comunidades  
532 tradicionais e traz todo este debate pra dentro da comissão, depois vem pro plenário. A  
533 comissão ela faz tudo pra subsidiar a decisão do plenário. Ela própria não decide nada, ela  
534 formula estes estudo e cada entidade ali representada convida e aí submete posteriormente  
535 este convite ao plenário que é aprovado e passa a integrar a comissão, essa é minha  
536 sugestão. A conselheira Rosangela Jasper propõe que se possa construir a exemplo do que o  
537 conselho nacional também está experimentando. Ontem foi a primeira reunião do conselho  
538 nacional de saúde, e duas comissões, que são exatamente a vigilância sanitária e  
539 epidemiológica, trabalhando em conjunto com a comissão intersetorial da saúde do  
540 trabalhador a favor da constituição, da primeira conferencia nacional de vigilância sanitária  
541 e epidemiológica. Eu entreguei estes convites a vocês porque a mídia recentemente  
542 divulgou aquela noticia da pessoa que foi a óbito por sangue contaminado, sabe seu  
543 secretario e eu gostaria muito que o senhor participasse. Sou enfermeira, minha formação  
544 enfermagem, e nunca soube que apenas 1% do sangue é analisado microscopicamente,  
545 microbiologicamente, 1% de qualquer banco de sangue. Qual o valor de uma vida?. Quem  
546 em pleno gozo de seu equilíbrio mental sai da sua casa pra fazer uma cirurgia eletiva pra  
547 tomar um sangue? Você aceitaria tomar um sangue contaminado?. Então nos estamos nos  
548 mobilizando para modificar essa lei. Porque o cidadão doa o sangue bom mas quando ele  
549 precisa, recebe contaminado porque isso é resolução do ministério, da coordenação  
550 nacional de sangue e hemoderivados. Eu fui questionada porque o sangue estava  
551 contaminado por uma bactéria residente na flora intestinal. Depois uma outra pessoa  
552 também de setenta anos, a mídia foi visitar, vocês lembram? mas eu nem sabia que tomei  
553 sangue contaminado, to sabendo agora, vocês tão me falando. Então isso é gravíssimo,  
554 devia ser criminalizado. Fiquei surpresa quando eu descobri que nunca foi debatida essa  
555 questão de sangue. Então Sr Secretario, nós ficamos assistindo pacientes contaminados com  
556 HIV, hepatite, e a cobertura pra hepatite e HIV é 100% de analise, se 100% ta na lei, não é  
557 respeitado, quanto mais 1% e pergunto, esse 1° serve pra quê? Ninguém sabe, perguntei as  
558 pessoas da universidade se sabiam. Ta no artigo 116, da portaria 158, de 2016, ninguém vai  
559 ver letra pequenininha la no artigo 116, e aí a pessoa vai demandar um CTI, um antibiótico  
560 de 250 reais, no mínimo porque fica inviável analisar todo sangue, isso é uma discussão  
561 séria . A instituição vai dizer que cumpre a portaria e a lei que diz que é 1% e eles estão  
562 certos, pior que eles estão certos, aí eu procurei banco de sangue particular e ocorre da  
563 mesma forma. Então eu gostaria muito de fazer parte de uma comissão de vigilância  
564 sanitária e epidemiológica, que inclusive os horrores que acontecem com a população de  
565 saúde mental mas a vigilância não fica sabendo, quer dizer, vamos estruturar o serviços  
566 porque nos estamos cheios de profissionais bons, com mestrado, com doutorado e as  
567 instituições do governo federal, estadual e municipal, sem condições, sem recursos, e para o  
568 ano que vem eu gostaria que a exemplo do que ta sendo debatido lá no nacional, também a  
569 gente preparasse uma conferencia em vigilância sanitária e epidemiológica e dar valor a  
570 esses profissionais, capacitar, valorizar e penalizar. Com a vida não se brinca! O Secretario  
571 Executivo Alexandre Fraga, agradece a conselheira Rosangela e informa que na reunião  
572 passada informou aqui no plenário que foi convocada pelo conselho Nacional de Saude, a  
573 Primeira Conferencia Nacional de Vigilância em Saúde que envolve todas as vigilâncias;  
574 Sanitaria, Epidemiologica, Vigilancia ambiental, Vigilancia de Saude do Trabalhador e  
575 também foi convocada a 2ª Conferencia Nacional de Saude da Mulher. Essas conferências,  
576 inclusive, pelas portarias, pelas quais elas foram convocadas tava previsto começar as  
577 etapas municipais ainda neste ano, o Conselho Nacional de Saúde reunido nesse mês agora  
578 de Julho, decidiu por adiar o debate da conferencia para começar as etapas a partir de março  
579 do ano que vem. As etapas municipais, estaduais e nacionais. Antes mesmo da posse dos  
580 novos conselheiros, já tinha feito uma reunião com a equipe técnica da SESA, Tanto da  
581 gerencia da vigilância, quanto da coordenação da saúde da mulher pra tratar da matéria.  
582 Hoje fui informado que ainda em 2016 acontecerá seminários nacionais mobilizadores,  
583  
584  
585  
586  
587  
588  
589

590 tanto em de vigilância quanto em saúde da mulher pra fazer a mobilização do processo de  
591 conferencia do ano que vem. Então, não tenha duvida, que nos teremos aqui no estado, as  
592 etapas municipal e estadual. Queremos muito contar com a sua colaboração na comissão  
593 organizadora nesse debate, mas essa questão das conferencias, já ta mais ou menos  
594 resolvida, nos fizemos uma sistematização em relação as comissões com as contribuições  
595 que o Aguiberto tinha passado, o Anselmo fez o desenho das comissões que a gente tem  
596 atualmente, porque assim, querendo ou não, nos temos um regimento, um funcionamento.  
597 Temos a própria lei do conselho que fala das comissões que existem, se elas vão mudar. As  
598 comissões que estão previstas, até a gente conseguir fazer um processo de mudança, nos  
599 precisamos continuar tocando a vida, porque se não, vai ficar tudo nas costas da mesa  
600 diretora, como a conselheira Graça acabou de falar. Então, tem algumas comissões que elas  
601 já precisam começar a funcionar. E outras nos temos sido cobrados, por exemplo a  
602 comissão de saúde do trabalhador, que se reúne mensalmente, que é uma comissão  
603 inersetorial, que tem vários outros convidados e que não são conselheiros de saúde, tem nos  
604 cobrado. Da mesma forma, a comissão de educação permanente, do controle social que  
605 vinha se reunindo. Nos fizemos, Maria Lucia fazia parte, Josenir. Fizemos um material, já  
606 ta lapidada uma proposta, um projeto de educação permanente pra controle social. Mas, o  
607 conselho, a turma nova que assumiu tem que pegar o material pra ver se é aquilo mesmo,  
608 pra gente apresentar um projeto de educação permanente aqui pro conselho. Então, tem  
609 coisas que estão paradas esperando a recomposição das comissões. Que elas vão mudar no  
610 futuro, nos não temos duvida nenhuma, vai precisar ser feito mudança, mas pelo menos pra  
611 aquelas comissões que já vinham funcionando, tipo, comissão de orçamento e finanças,  
612 comissão de educação permanente, comissão de saúde do trabalhador, a comissão do  
613 acompanhamento do conselho gestor e municipalização. Essas precisam voltar a funcionar  
614 pelo menos pra gente continuar o trabalho e no decorrer desse processo a gente ir montando  
615 ou remontando aquelas comissões que nunca funcionaram. Tem comissões que ta na  
616 legislação que nunca funcionou, tem outras que foram criadas, fizeram um debate danado  
617 pra criar, e não fez nem uma reunião. Então , assim, tem coisas que precisam ser revistas,  
618 não tenho duvida nenhuma. Então, queria pedir pro Anselmo aqui, apresentar, mais ou  
619 menos aqui, um esqueleto daquilo que a gente pensou, apresentou, preparou, pra poder a  
620 gente avaliar como que a gente recompõe nesse processo agora, provisoriamente, enquanto  
621 faz um debate. O Conselheiro Anselmo Dantas inicia apresentação lembrando que o  
622 Secretario sempre lembra o papel da conferencia, foi na gestão dele que o tema “Saúde  
623 publica, de qualidade, pra cuidar bem das pessoas, um direito do povo brasileiro” batizou a  
624 ultima conferência. A questão da estrutura do conselho, só para lembrar que as comissões,  
625 parece que so tem comissões no conselho, mas na verdade é a mesa diretora, comissões de  
626 grupo de trabalho, pode ser criadas, a secretaria executiva, a assessoria técnica., a camara  
627 tecnica A composição, a gente lembrou que a composição respeita a lei federal 8.142, mais  
628 de vinte anos que essa lei existe, as ultimas deliberações do conselho nacional, quando esse  
629 regimento foi feito a resolução 333, hoje já estamos na 453 ,então veja vocês, que o próprio  
630 regimento, a própria composição das composições, já tava, já precisa de ser atualizado. A  
631 representação dos órgãos e entidades, um titular e um suplente, e aí as comissões de grupo  
632 de trabalho, que ta no nosso regimento e na nossa lei. Então como Alexandre acabou de  
633 dizer, tem comissão intersetorial de saneamento e meio ambiente, vigilância sanitária e  
634 farmacologia, Rh, saúde do trabalhador, municipalização do conselho gestor a de  
635 orçamento e finanças de educação permanente. Então só pra vocês saberem, essas são as  
636 comissões. E aí como é que o regimento fala do funcionamento dessas comissões? O  
637 regimento detalha inclusive o funcionamento dos grupos de trabalho e faz referencia ao  
638 quantitativo de oito conselheiros, até oito conselheiros por comissão. Então, se nosso  
639 conselho tem quarenta e oito membros titulares e suplentes é so vocês fazerem conta pra  
640 ver que não da pra cumprir de cara essa regra regimental. Então uma coisa não bate com a  
641 outra. Será substituído o membro da comissão ou grupo de trabalho que faltar sem  
642 justificativa apresentada até 48 horas após a reunião, a três reuniões consecutivas, ou seis  
643  
644  
645  
646  
647  
648  
649

650 intercaladas no período de 1 ano. A secretaria executiva, comunicará ao conselho estadual  
651 para providenciar sua substituição. Aqui também fala do papel dos coordenadores de  
652 comissão, então se a gente pensa assim: no conselho estadual não tem trabalho. É o que  
653 mais tem aqui é o que fazer, é o que fazer é o que mais tem. E aqui eu penso que talvez seja  
654 o ponto principal: o que compete aos membros das comissões ou grupos de trabalho? Ou  
655 seja, nos incisos I,II, III, basicamente fala:realizar estudos, apresentar proposições, apreciar  
656 e relatar as matérias que foram descumpridas, requerer esclarecimentos. Aquela historia das  
657 resoluções, é um papel aqui dos membros das comissões. Requerer esclarecimentos, que lhe  
658 forem úteis para melhor apreciação de matérias que são tratadas no colegiado; elaborar  
659 documentos que subsidiem as decisões das comissões ou dos próprios grupos de trabalho.  
660 Então tem uma disciplina de funcionamento que é exatamente pra gente poder entregar  
661 resultados as pessoas, ao cidadão a população. Aqui, das comissões existentes, nos  
662 destacamos qual é o papel de cada uma delas. Então, essa aqui é da saúde do trabalhador.  
663 Vou ficar só no final dela. No final diz o seguinte: a comissão tem como atribuições, olha  
664 só, olha só o papel dessa comissão. Elaboração de novas regras e estabelecimento de  
665 padrões de qualidade para promoção da saúde do trabalhador. Participar da formulação, da  
666 implementação política relativa as condições do ambiente de trabalho. Participar da  
667 definição de normas. Critérios e padrões para o controle das condições do ambiente de  
668 trabalho.olha o tamanho dessa comissão. Pode passar! Aqui, de orçamento e finanças. Essa  
669 comissão, ela tem por finalidade acompanhar o processo de execução orçamentária e  
670 financeira. Então, quando o nosso presidente, o secretario, fala: Olha, os recursos que nos  
671 temos, não da pra chegar a tal medida, a tal ação, ele ta partindo de um lugar. Qual o lugar  
672 que ele parte ta pra tomar as decisões? O orçamento. Então no âmbito do orçamento geral  
673 do estado, eu vejo como a formulação de diretrizes para o processo de planejamento e de  
674 avaliação do SUS. Então nosso trabalho é muito grande. Essa aqui é a comissão de  
675 educação permanente. Inclusive Secretario tem até as propostas, os projetos de colocar em  
676 funcionamento os cursos de capacitação dos conselheiros, já praticamente prontos.  
677 Educação permanente para o controle social, as instancias colegiadas do SUS. Nesse caso o  
678 conselho estadual, o conselho gestor, conselho local para fortalecer o nosso trabalho Essa  
679 aqui é a comissão intersetorial de municipalização do conselho gestor. Uma observação que  
680 a própria mesa já tem sobre essa composição e que ela nem cuidou do conselho de saúde  
681 municipal, nem cuidou dos conselhos gestores, porque são duas coisas gigantescas. Nos  
682 temos setenta e oito conselhos municipais de saúde em mais de vinte conselhos existentes  
683 no estado. Então essa é uma comissão que inclusive responde a notificações do ministério  
684 publico estadual, por conta da não realização de eleições para os conselhos gestores, isso é  
685 responsabilidade do conselho, que essa comissão tem o papel de fazer isso. A sugestão de  
686 novas comissões que foram encaminhadas pela mesa, pela secretaria executiva, que é a  
687 comissão dos instrumentos de gestão, como falou o conselheiro Aguiberto, em face da lei  
688 complementar 141, e de outras composições. A comissão de acompanhamento dos  
689 conselhos municipais, e aqui a duvida é que se tem de separar da comissão de conselhos  
690 gestores. A comissão de saneamento e meio ambiente, ela já existe na lei, mas ela não foi  
691 colocada adiante e uma comissão nova aqui que é a comissão de direitos humanos em  
692 saúde, que eu queria fazer um destaque com a presença da conselheira Glaucia que criou  
693 noo CCS/UFES, um Nucleo de Defesa dos direitos humanos em Saude. Então a discussão  
694 dos direitos humanos em saúde, ela é muito pertinente é pactual, e ela inclui tudo aquilo que  
695 a gente acha que não cabe aqui, queria cumprimentar a mesa e aos conselheiros e aproveitar  
696 pra registrar aqui, esse voto de congratulações a Dra Glaucia como diretora do CCS, e aos  
697 profissionais que criaram o Núcleo de direitos humanos em saúde, fica o registro aqui pela  
698 iniciativa. Pra finalizar, a gente pegou quadro a quadro, a comissão, a composição e como  
699 que está, atual e a proposta da mesa diretora que é para ser dividido por quatro  
700 conselheiros: 1 (um) conselheiro gestor, 2(dois) usuários e 1(um) trabalhador em cada  
701 comissão, que aí você terá condições de ter o máximo de conselheiros nas comissões e na  
702 iniciativa que foi colocada pela mesa diretora que também é a recomendação do conselho  
703  
704  
705  
706  
707  
708  
709

710 nacional, de você incorporar a sociedade civil, segmentos, especialistas, interessados que  
711 queiram participar das comissões do conselho estadual e trazer a sua contribuição aí como  
712 debate junto ao conselho. Então essa é a primeira comissão. Pode passar!. Vocês vão  
713 receber, vamos mandar pra todos vocês, pra olhar com mais calma. A comissão de  
714 educação. Pode passar! A comissão de recursos humanos, relevante. Essa aqui, por  
715 exemplo, ela existe no papel e nunca teve uma reunião. Pode passar! Saúde do trabalhador,  
716 essa comissão atuante, comissão muito grande, funciona muito intensamente. A  
717 comunicação de municipalização, de conselhos gestores, que de certa forma tem a ver com  
718 a coordenação do plenário. Então assim, os próprios conselheiros municipais reclamam que  
719 não tiveram o suporte dessa comissão, então havia uma recomendação de separar . A  
720 comissão de orçamento e finanças, já falamos, então assim, vocês vão ver que a gente ta  
721 sugerindo o tamanho que a mesa diretora ta sugerindo, que tenha quatro membros em cada  
722 uma dessas comissão. A da vigilância e saúde que a Rosângela tinha colocado, então a  
723 descrição dela cabe aqui. A de comunicação foi uma discussão que os conselheiros também  
724 já manifestaram aqui no cafezinho que é ter uma comissão de comunicação de informação  
725 do conselho de saúde, para ter jornal, ter site, ter um dialogo com a comunidade melhor do  
726 que tem, inclusive é um sonho que a gente queria que fosse as reuniões do conselho  
727 transmitidas ao vivo, ou pela internet, ou pela TV assembléia, por alguns desses lugares,  
728 pras pessoas saberem o que é que é que nos estamos discutindo aqui como representantes  
729 do controle social. É aqui traria o papel dessa comissão de comunicação. A de população  
730 negra, que também não teve nenhuma reunião. A de saúde do idoso., que teve pouca  
731 discussão relevante. Neste momento foi informado pelo Secretario Executivo Alexandre  
732 Fraga que o Secretario Ricardo de Oliveira precisou se ausentar. O Conselheiro Aguiberto  
733 de Lima relata a preocupação com o quorum percebendo que alguns conselheiros já se  
734 retiraram e propôs que a discussão seja mais objetiva no sentido de verificar com quem ta  
735 presente e se dispõe a ta agora, em qual comissão, e quem tem indicação da sua entidade, e  
736 qual é conselheiro, conselheira que já. A gente fazer exercício pra garantir minimamente  
737 algumas comissões. Já iniciar e funcionar a partir de hoje. ta composta a secretaria  
738 executiva já encaminhar e baixar esta resolução e adiante a gente compõe o que faltar, pra  
739 poder não sair daqui sem decidir nada sobre a comissão. O Secretario Alexandre Fraga  
740 executivo lembra que: a mesa diretora na reunião passada, já marcou uma reunião  
741 extraordinária, os membros da mesa então convocados na próxima segunda feira as oito  
742 horas da manha reunião da mesa diretora, com os membros da mesa pra continuar tratando  
743 dos assuntos que estão em pauta e foi também já na reunião levantada a necessidade de  
744 fazermos uma reunião extraordinária do conselho de hoje, daqui a quinze dias, então seria  
745 no dia quatro de agosto, pois é, como as nossas reuniões são sempre nas quintas-feiras, seria  
746 no dia quatro de agosto. E aí teríamos que avaliar aqui, com o plenário o quê que faz. Eu  
747 acho Aguiberto, que o seu encaminhamento, que essa apresentação, com todo esse desenho  
748 das comissões, que a gente conseguiu concluir hoje de manhã fazendo o desenho, poderia  
749 definir quais comissões que a gente ta compondo de imediato, quais aquelas que a gente vai  
750 realmente compor, pra gente não ter que gastar energia á toa. Mandar esse desenho para os  
751 conselheiros, com as atribuições de cada um das comissões, pra que as pessoas possam ver  
752 aonde que elas se encaixam. A outra coisa é avaliar também qual é o numero de  
753 conselheiros que nos teríamos na comissão, é quatro, vão ser quatro conselheiros em cada  
754 uma pra tentar o processo da paridade previsto na Resolução 453? Vão ser oito? ou é quatro  
755 ou oito, não tem outro numero, nê?. E os demais membros da comissão, se eles vão pra uma  
756 intersetorial, definiria-se qual é esse numero de membros que teria a comissão, porque  
757 também fazer uma assembléia geral, não dá. Se nos vamos ter uma comissão com quatro  
758 membros do conselho poderíamos ter o dobro desse número, talvez ate doze membros no  
759 total, o numero total de membros numa comissão intersetorial pra não ter problema. Pois  
760 fazer uma reunião de comissão que tem vinte membros numa e no dia da reunião aprecem  
761 cinco é complicado. Daí é preferível você ter doze por exemplo, to chutando, o numero  
762 pode ser dezesseis, sei lá quantos podem, dez, mas precisa ter um numero razoável, que a

770 gente possa convocar, que as pessoas possam vir participar, que realmente seja quem tem  
771 interesse. Então não adianta só dar o nome também, e aí a gente tentaria fechar esse  
772 exercício todo nessa reunião extraordinária que tá se avisando aí. Talvez esse pudesse  
773 ser um encaminhamento. Porque aí também daria oportunidade pra outros membros.  
774 Porque tem comissão que tem disputa. Tem que dar oportunidade pro plenário, porque  
775 assim, até pros pares possam dialogar, trocar email, ver quem é melhor aqui, quem é melhor  
776 naquela outra comissão, quem pode acompanhar. Pois é quem, aonde vocês vão querer  
777 participar, aonde que a universidade vai querer participar, os pensadores. Então assim, é o  
778 tempo também de exercício de diálogo, porque assim, a questão que foi falada aqui pela  
779 Rosângela dos emails, quando a gente manda e dispara um email coletivo, a gente manda  
780 pra todos os endereços. Então tá lá, todo mundo tá recebendo o endereço de todo mundo. Se  
781 responder pro grupo, já responde pra todo mundo. Então, já vai pegar lá o nome de todo  
782 mundo. Nos queremos também criar um grupo de whatsapp dos membros do conselho, pra  
783 gente ter uma coisa mais rápida, tem que usar a tecnologia, informação mais rápida, aviso.  
784 São três encaminhamentos que a gente precisava definir. O tamanho, o número de membros  
785 que teria em cada comissão. O número de conselheiros. Quais as comissões que a gente ia  
786 tratar de imediato e o tamanho da comissão que precisa ser definido também, ou seja, vai  
787 ser quatro ou oito conselheiros?. A comissão vai ter qual o tamanho dez, doze, vinte ou  
788 trinta. Como é que é?. Estes nós precisamos definir, porque aí quando a gente mandar o  
789 encaminhamento pra todo mundo, já vai mandar com a sugestão também, porque a gente  
790 vai abrir pra entidades de fora e tal pra poder participar da comissão intersetorial, esses  
791 convidados externos que vem pra ajudar. Então, precisa definir essas questões pra gente  
792 poder abrir o debate externo, como vai se pautar. O Conselheiro AguiBERTO Oliveira de  
793 Lima inicia discussão para a composição das comissões, lembrando da composição da  
794 comissão no artigo 15, no inciso I, e diz que os convidados não conselheiros tem um papel  
795 construtivo e de assessoramento da comissão. A decisão dos encaminhamentos é entre os  
796 conselheiros, inclusive a definição de quórum, é entre os conselheiros. O regimento  
797 estabelece o limite de duas, particularmente estaria em todas, apaixonado por cada temática  
798 dessa, mas aí, a sugestão, pode ser que haja efetivamente, como você disse Alexandre,  
799 disputa entre uma comissão e pode ser que outra tenha dificuldade de conseguir adequar.  
800 Não sei se a gente consegue cota aqui pra meio ambiente. Enfim, se uma comissão tiver uma  
801 ampla escuta, tipo muitos conselheiros querem a análise, o acompanhamento dos conselhos  
802 municipais, de conselhos gestores, amplia pra oito. Se querem discutir, trabalhar, vem pro  
803 trabalho. Então eu acho que vai da natureza do que o plenário demandar pra cada um. A  
804 conselheira Gláucia de Abreu sugere que nesse primeiro momento a gente pudesse trabalhar  
805 com a demanda espontânea, não fechando a comissão, mas colocando as intenções das  
806 comissões, muitas vezes a gente pensa que os programas vão acontecer e eles nem  
807 acontecem. Então nesse momento as pessoas poderiam estar colocando sua vontade de  
808 participar de uma comissão e a mesa faria essa organização a posteriori. O  
809 Conselheiro AguiBERTO de Lima propõe que seja acolhida a indicação da conselheira  
810 Gláucia e inicia convocação para composição das comissões, citando o nome da comissão e  
811 aguardando manifestação do plenário. O Secretário Executivo Alexandre Fraga sugere a  
812 inversão do modelo, podendo perguntar as pessoas para qual função elas se habilitariam. O  
813 secretário Executivo Alexandre Fraga faz um apelo aos conselheiros de que não vamos  
814 conseguir vencer isso agora. Infelizmente, eu vou fazer um apelo aos conselheiros. Tem  
815 duas coisas que são urgentes aqui, precisamos eleger os representantes do Conselho  
816 Estadual de Saúde para a coordenação de plenária. A coordenação de plenária já tem  
817 reunião marcada dia primeiro de agosto, nós temos uma plenária nacional que já tá  
818 mobilizando, tem a plenária estadual que a gente precisa organizar e precisa resolver isso  
819 urgente e a outra coisa é a questão que a Graça quer trazer aqui pro debate, que a gente  
820 precisa tratar, é uma denúncia que ela quer fazer aqui e a gente precisa tratar essa questão  
821 aqui. A gente não vai conseguir chegar ao consenso aqui, até porque tem um monte de  
822 gente que não tá aqui. Assim, é preferível a gente ganhar tempo, resolver isso. A gente fazer  
823  
824  
825  
826  
827  
828  
829

830 esse exercício, a mesa diretora continua lapidando isso e na próxima reunião a gente fecha  
831 essa questão. Após esta fala o secretario executivo propõe também que antes do  
832 fechamento da programação a conselheira Graça faça a denuncia e depois o plenário seja  
833 dividido por segmento para que cada um escolha seus representantes para Coordenação de  
834 Plenárias. Diante dessas exposições a matéria foi remetida para a próxima reunião. A  
835 conselheira Graça Loureiro relata esta incomodada com a publicação na segunda feira de  
836 uma reportagem na TV capixaba em relação a denuncia de maus tratos no hospital de  
837 custodia. Inclusive foi convidada a fazer parte da denuncia. Nós gravamos lá no espaço da  
838 secretaria de Direitos Humanos. No Hospital de Custodia, pessoas com transtorno mental,  
840 que cometem delitos vão pra lá, e tem uma salinha pequenininha onde eles falam que é  
841 enfermaria, mas lá é um local onde as pessoas são castigadas, elas tem que cumprir varias  
842 determinações e quando não obedecem vão pra sala. Eles estão algemando as pessoas, pelas  
843 mãos e pés, a pessoa fica toda curvada e jogada no chão. No vídeo parece duas pessoas, é  
844 separado, um estava no chão puro e outro já estava no colchãozinho. Acho que nós  
845 enquanto sociedade, não pode aceitar mais que no nosso estado seja cometido esse tipo de  
846 tortura, então eu vou pedir pro conselho, ir lá. Nos do Movimento da Luta Antimanicomial,  
847 estamos fazendo um movimento, porque a minha preocupação é que eles continuem  
848 fazendo estas praticas, no vídeo parece assim, um corrimão como se aquilo fosse uma  
849 pratica diária. E todos eles penduram lá a corrente, pra ta acorrentando as pessoas. Eu  
850 gostaria de pedir ao conselho que a gente fizesse um documento pedindo pra que eles  
851 parem, cessem com esse tipo de pratica. É lógico que os direitos humanos já estão também  
852 tomando as providencias, mas eu acho que quanto mais órgãos se manifestarem, pra gente  
853 dar publicidade ao fato, eu acho que seria melhor. Obrigada. O conselheiro Aguiberto  
854 Oliveira Lima sugere que a comissão de Direitos Humanos possa fazer uma visita ao  
855 Hospital de custodia, trazendo o tema e adiantando o problema para o plenário. O  
856 Secretario executivo Alexandre Fraga esclarece que o Hospital de Custodia não pertence ao  
857 SUS, estando vinculado a Secretaria de Justiça, SEJUS, e diante disso cabe ao Conselho  
858 Estadual de Saúde, acompanhar o debate, trazer pauta pra reunião, convidar o diretor do  
859 Hospital de Custódia para prestar esclarecimento ou a área de saúde mental da SESA, que  
860 tem um trabalho muito bom, repassar o vídeo para ver qual encaminhamento será dado. A  
861 conselheira Joseni ressalta que os conselheiros devem tornar as denuncias ponto de pauta,  
862 podendo as mesmas serem encaminhadas ao conselho estadual por email para serem  
863 conhecidas previamente e daí tomados possíveis direcionamentos . Ressalta que sendo de  
864 direitos humanos essa comissão, independente do local, vamos lutar por eles. O  
865 Conselheiro Aguiberto menciona que é procedente a colocação da conselheira Joseni e  
866 acolhe a questão de ordem em relação a denuncia da Conselheira Graça. O Secretario  
867 Executivo Alexandre Fraga orienta o processo de escolha dos membros da Coordenação de  
868 Plenária pedindo que cada segmento se reúna separadamente pra definir seus  
869 representantes, lembrando que usuários elegem 2 (dois) representantes, trabalhadores  
870 elegem 1 (um) representante, profissionais gestores e prestadores, elegem 1(um)  
871 representante com respectivos suplentes. Após reunião dos seguimentos, o Secretario  
872 Executivo Alexandre Fraga anuncia o resultado, a saber, Representando Gestores e  
873 Prestadores de Serviços, Titular – Anselmo Dantas, suplente: Vera Peruchi; Profissionais de  
874 Saúde: Titular: Mariângela Coelho, suplente: Roberta Queiroz; Usuários - Titulares:  
875 Marcos dos Santos e Joseni Valim e suplentes: Maria Lúcia e Carlos Ajur. Os usuários  
876 elegeram ainda segundo suplente que são Graça Loureiro e João Paulo. Então está  
877 composto a coordenação. Lembrando que só participam das reuniões de coordenação,  
878 titular e primeiro suplente. Para concluir a reunião, foi informado que a representação dos  
879 gestores e prestadores da mesa sofreu alteração, sendo a Conselheira Carmem substituída  
880 pela Conselheira Débora, o que estaria sendo registrado em ata. Foram então definidas a  
881 data para próxima reunião da mesa diretora para dia 25 de agosto as oito horas da manhã; a  
882 data para a reunião extraordinária do conselho para o dia 11 de agosto e a data da reunião  
883 ordinária mantida para terceira quinta feira do mês, no dia 17 de agosto. O Secretario  
884  
885  
886  
887  
888  
889  
890

**891** Executivo Alexandre passou a palavra para o conselheiro Marcos fazer o encerramento. O  
**892** Conselheiro agradeceu a presença e disponibilidade de todos. A sessão foi encerrada às  
**893** 18h (dezoito horas), e eu, Alexandre de Oliveira Fraga, Secretário Executivo do CES/ES  
**894** lavrei a presente ata que assino juntamente com o Presidente.

**895**

**896**

**897**

**898**

**899**

**900** **Alexandre de Oliveira Fraga**

**901** Secretário Executivo em exercício

**902** Conselho Estadual de Saúde – CES/ES

**903**

**904**

**905**

**906**

**907** **Ricardo de Oliveira**

**908** Presidente do Conselho Estadual de Saúde – CES/ES

**909**

**1000**

**1001**

**1002**

**1003**

**1004**

**1005**

**1006**

**1007**

**1008**

**1009**

**1010**

**1011**

**1012**

**1013**

**1014**

**1015**

**1016**

**1017**

**1018**

**1019**

**1020**

